

O CAPITALISMO STAKEHOLDER DA ESG: UMA (NOVA) PRÁTICA ESPACIAL CORPORATIVA VOLTADA PARA O APAGAMENTO DO SOFRIMENTO E DA INJUSTIÇA AMBIENTAL PELA SIDERÚRGICA TERNIUM EM SANTA CRUZ (RIO DE JANEIRO)¹

Thiago Roniere Rebouças Tavares²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil



Enviado em 4 nov. 2024 | Aceito em 27 abr. 2025

Resumo: O presente trabalho busca analisar um conjunto de atividades desenvolvidas pela usina siderúrgica Ternium e como estas conformam uma prática espacial no território em que são efetivadas. Instalada às margens da Baía de Sepetiba, no bairro de Santa Cruz-RJ, a siderúrgica é alvo de contestações em virtude dos efeitos nocivos provocados ao ambiente local. Com vistas a se eximir das denúncias das quais é alvo, a empresa lança mão de estratégias advindas dos pressupostos da *Responsabilidade Social Corporativa* (RSC), que atualmente toma corpo sob as concepções da *Environmental, Social, and Governance* (ESG). O repertório de atividades que compõem esta estratégia, sob nosso exame, conforma uma *prática espacial corporativa direcionada para escamotear o sofrimento e as injustiças ambientais geradas no bairro em tela*.

A metodologia aplicada buscou conectar pesquisas qualitativas e quantitativas recorrendo a diferentes fontes de informações e técnicas mobilizadas em nosso trabalho, como o uso de fontes primárias, mediante entrevistas formais semiabertas, com diretriz, alcançadas em trabalhos de campo e do levantamento e tratamento das fontes secundárias, identificados em diversos tipos de documentos analisados.

Palavras-chave: Ecologia Política; Prática Espacial; ESG; Sofrimento Ambiental; Injustiça Ambiental.

ESG STAKEHOLDERS CAPITALISM: A (NEW) SPATIAL PRACTICE CORPORATE TO HIDE ENVIRONMENTAL SUFFERING AND INJUSTICE BY THE STEEL COMPANY TERNIUM IN SANTA CRUZ (RIO DE JANEIRO)

Abstract: The present work to analyze a set of activities developed by the Ternium steel company, and how they form a spatial practice in the territory that they are implemented. Installed in the Bay of Sepetiba, in the Santa Cruz (RJ) area, the steel company is the target of contestations due to harmful effects caused to the local environment. To exempt itself from the complaints, the company makes use of strategies arising from the presuppositions of the Corporate Social Responsibility (CSR), and currently under Environmental, Social, and Governance (ESG) concepts. In our analysis, the repertoire of activities that make up this strategy forms a corporate spatial practice aimed at hiding environmental suffering and injustice generated in the neighborhood. The methodology connected qualitative and quantitative research using different sources of information and techniques. We used primary sources, through formal semi-open interviews, with guidelines, obtained in fieldwork and the survey and treatment of secondary sources, identified in different types of documents analyzed.

Keywords: Political Ecology, Space Practice, ESG, Environmental Suffering. Environmental Injustice.

EL CAPITALISMO STAKEHOLDER DE LA ESG: UNA (NUEVA) PRÁCTICA ESPACIAL CORPORATIVA DIRIGIDA A ELIMINAR EL SUFRIMIENTO Y LA INJUSTICIA AMBIENTAL DEL TERNIUM SIDERÚRGICA EN SANTA CRUZ (RIO DE JANEIRO)

Resumen: El presente trabajo busca analizar un conjunto de actividades desarrolladas por la acería Ternium y cómo configuran una práctica espacial en el territorio. Ubicada en la costa de la Bahía de Sepetiba, en el barrio de Santa Cruz-RJ, la siderúrgica es centro de protestas por los efectos nocivos causados al medio ambiente local. Para evitar quejas, la compañía utiliza estrategias derivadas de la Responsabilidad Social Empresarial (RSC), que actualmente se concreta bajo los conceptos de Ambiental, Social y de Gobernanza (ESG). El repertorio de actividades que componen esta estrategia conforma una práctica espacial corporativa encaminada a ocultar el sufrimiento y las injusticias ambientales generadas en el barrio en cuestión. La metodología aplicada buscó conectar la investigación cualitativa y cuantitativa utilizando diferentes fuentes de información y técnicas movilizadas en nuestro trabajo, como el uso de fuentes primarias, a través de entrevistas formales semiabiertas, con lineamientos, logrados en el trabajo de campo y el levantamiento y tratamiento de las secundarias, fuentes, identificadas en diferentes tipos de documentos analizados.

Palabras clave: Ecología Política, Práctica Espacial, ESG, Sufrimiento Ambiental, Injusticia Ambiental.

1. Este artigo é parte das reflexões empreendidas na tese de doutorado intitulada “Sofrimento ambiental por contaminação do ar e da água nos arredores da siderúrgica Ternium, às margens da Baía de Sepetiba (Rio de Janeiro): um estudo sobre injustiça ambiental”, defendida na Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ).

2. Doutor em Geografia. Professor do Departamento de Geografia Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/Campus Maracanã). Pós-doutorando na Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1167-6204>, Email: thiagoroniere@gmail.com.



Introdução

Aproveitando o ensejo, a gente precisa fazer uma reunião para acertarmos um pouco o processo de designação de pareceristas para esse semestre. Quem de vocês ainda está podendo contribuir com o processo de designação? Podemos marcar para próxima semana, se for bom para vocês

Este trabalho tem como objetivo analisar um conjunto de atividades desenvolvidas por uma usina siderúrgica e como estas conformam uma *prática espacial* no território em que são efetivadas. A siderúrgica em questão se encontra instalada às margens da Baía de Sepetiba, no bairro de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Como se poderá ler, desde o anúncio de sua chegada ao bairro, passando por sua fase de instalação, início de operação, licenciamento, venda e sua nova direção, a empresa é alvo de contestações por diversos agentes em virtude dos efeitos nocivos provocados ao ambiente local.

Em que pesem todas as denúncias, multas, entre outras controvérsias que envolvem a empresa, a mesma tem assumido uma postura, no mínimo, ambígua frente a todas as queixas registradas. Com o objetivo de ocultar da memória local seu passado de violações ambientais, assim como estabelecer uma imagem de benevolência e altruísmo em seu processo produtivo vigente, a usina tem aplicado um repertório de ações que são por nós definidas enquanto uma *prática espacial heterônoma* que visa apagar o sofrimento e as injustiças ambientais verificadas em Santa Cruz (RJ).

Com vistas a examinar esta dinâmica, lançamos mão de reflexões advindas dos debates localizados no campo da Ecologia Política e sob o enfoque da Geografia Ambiental, enquanto nosso referencial teórico. Assim, em busca do entendimento sobre como esta prática espacial é acionada pelo poder corporativo e qual a sua leitura sobre a pauta ambiental, apresentaremos, na primeira seção, uma trajetória histórica do que julgamos serem os principais documentos e eventos que marcam e influenciam este conjunto de ações. Percurso que, resumidamente, vai desde o relatório “Limites do Crescimento”, em 1972, sucedendo-se pela concepção do “desenvolvimento sustentável”, até a visão estratégica identificada nas práticas de *Responsabilidade Social Corporativa (RSC)* atuais, conhecida como *Environmental, Social and Governance (ESG)*.

Em nossa segunda seção, os referenciais teóricos são continuados, mas desta vez, nosso foco é voltado para compreender como podem ser caracterizadas as situações de sofrimento e injustiças ambientais, e como estas podem ser articuladas com uma visão sobre as práticas espaciais corporativas. Na terceira seção, *A prática espacial de apagamento do sofrimento e das injustiças ambientais*, nosso estudo de caso é apresentado e analisado de forma mais detida, com base nos referenciais citados nas seções anteriores. Esta seção é subdividida em outras três, que identificam os três períodos em que as práticas de apagamento das ações poluidoras da empresa são, assim, caracterizadas. O texto é arrematado com nossas *Considerações finais*.

No que diz respeito à metodologia aplicada em nosso exame, estabelecemos a conexão entre pesquisa qualitativa e quantitativa. No que se refere as pesquisas qualitativas, estas foram realizadas por meio de oito entrevistas formais semiabertas, com diretriz, (KIDDER, 1987), alcançadas nos trabalhos de campo e contando com a participação de diferentes agentes, sobretudo com seis moradores e dois ambientalistas, implicados com as queixas sobre o processo em tela. Esta abordagem metodológica, a nosso ver, adequou-se a necessidade da pesquisa em levantar dados primárias de informação. Desta forma, o roteiro efetivado concebeu questões previamente, contudo

esteve aberto para discussões mais livres no momento de sua efetivação. Tocante a pesquisa quantitativa, esta foi realizada pelo levantamento e tratamento das fontes secundárias, em que nos debruçamos sobre diversos tipos de documentos, desde aqueles emitidos pela empresa, como dos órgãos ambientais competentes, até de instituições de saúde e órgãos do terceiro setor, entre outros agentes que têm produzido dados e se posicionado sobre o assunto.

O ambiente sob a perspectiva da Ecologia Política e na visão estratégica corporativa da ESG

Sob a leitura de Porto-Gonçalves e Leff (2015), a Ecologia Política diz respeito às lutas constituídas por diversos sujeitos e seus modos de vida, pela reapropriação da natureza por meio da permanência em seus territórios. É um campo em que diversas rationalidades convergem em busca de práticas que promovam a apropriação social da natureza e construção de um futuro sustentável, através da emancipação das pessoas envolvidas em lutas e pela reinvenção de suas identidades. Este intento demanda mais do que um olhar crítico às teorias científicas em suas dimensões econômicas, tecnológicas e políticas, mas implica na construção de relações sócio-espaciais que se oponham a instituições, em diferentes escalas, representantes de visões científicas com características heterônomas e coloniais, dentre outras.

Seu campo de ação e pensamento é edificado na reunião e contra a corrente de várias áreas disciplinares da ciência, pensamentos políticos, concepções éticas, modos de comportamento e perspectivas de movimentos sociais. É onde se pode observar a afluência de diversas ramificações ambientais e ecológicas que “novas” disciplinas se fundem para refletir sobre as relações entre sociedade e natureza (LEFF, 2003).

De forma mais nítida, as elaborações teórico-empíricas que dão maior lastro a este campo podem ser observadas a partir dos anos de 1970. Nestes termos, a Ecologia Política teve sua identidade conformada a partir da associação direta de pelo menos dois aspectos fortes: uma práxis com horizonte político emancipatório e a constituição de uma epistemologia voltada a superar o embasamento positivista observado na ciência.

Conforme Souza apresenta em seu livro “Território e Ambientes: Uma introdução a Ecologia Política” (2019a), a Ecologia Política:

(...) lida potencialmente com todos os processos de transformação material da natureza e produção de discursos sobre ela e seus usos, procurando realçar as relações de poder subjacentes a esses processos (agentes, interesses, classes e grupos sociais, conflitos etc.), em marcos histórico-geográfico-culturais, concretos e específicos. Isso inclui, aliás, a espinhosa, escorregadia e sumamente difícil discussão – cheia de implicações políticas, direta e indiretamente – (...) sobre o que é a ‘natureza’ e o ‘social’, em cada momento e em cada circunstância (SOUZA, 2019a, p. 98).

No exercício de delinear aspectos pretéritos de seu berço epistemológico e de quando este campo é propriamente forjado, Souza (2019a) chama atenção para certas definições enviesadas que retiram seu “pluralismo epistemológico, teórico e político-filosófico” (p. 24). Sob seu olhar, isso ocorre em virtude de um caráter reducionista e de imprecisão histórica disposto em certas conceituações sobre a Ecologia Política. No que diz respeito ao caráter reducionista, o autor nos fala que este “tem a ver com o fato de que, patrocinada por autores de figurino marxista, essa visão padece do vício de se enxergar na Economia Política, ou na dimensão econômica da sociedade, o fator de politização (crítica) da Ecologia por excelência” (p. 21). Mais ainda, o autor comenta que, nestes termos, deixa-se de referenciar àquilo que deveria receber maior ênfase “(...), a saber, que não se trata apenas da

dimensão econômica da sociedade (...), mas sim das relações sociais, em sua integralidade e na multiplicidade de suas dimensões” (p. 21-22). Já naquilo que diz respeito à imprecisão histórica, Souza (2019a) informa que “(...) a Ecologia Política não tem uma única origem e há, em seu ‘DNA epistêmico-político’ muito mais do que, simplesmente uma influência da Economia Política marxista e de vertentes teóricas neomarxistas (...)” (p. 22), citando o exemplo de autores como Bookchin (2010) e Bosquet/Gorz (1975).

Sem embargo, se é possível identificar em autores como Leff, Porto-Gonçalves e Souza o entendimento de que a Ecologia Política possui sua identidade fortemente marcada pelo resgate da indissociabilidade nas relações entre *sociedade e natureza* e sua defesa, por outro lado, é também possível compreender que parte de seu surgimento e disseminação em outras searas, deve-se, dentre outras motivações, pela presença de um discurso científico e técnico enviesado e implicado com o modelo civilizatório hegemonic. Este modelo, ao passo que gera conflitos por meio da produção de efeitos nocivos aos ambientes, exploração e expropriação de bens naturais, ou mesmo da fabricação da escassez de recursos – através do estabelecimento de relações heterônomas em territórios – produz e dissemina narrativas promotoras de uma salvaguarda à sua perspectiva, deixando latentes questões cruciais que lhe dão sustentação.

O documento que lança as bases para criação e incorporação de uma agenda ambiental em setores institucionais, sejam estes governos, grandes empresas ou agências internacionais que influenciam diretamente o modelo civilizatório hegemonic, foi denominado de *Limites do Crescimento*. Este, que também ficou conhecido como *Relatório Meadows*, foi produzido pelo *Massachusetts Institute of Technology* – MIT, sob a coordenação de Dennis Meadows, por encomenda do *Clube de Roma*, grupo formado pela associação de diversos pesquisadores, políticos, empresários associados para tratar de questões sobre o crescimento demográfico, esgotamento de recursos naturais, dentre outras questões³.

Após o caminho aberto pelo *Relatório Meadows*, diversas conferências internacionais de agências ligadas às Nações Unidas lançaram várias declarações, relatórios, propostas, dentre outros diferentes tipos de documentos, orientando como países e empresas deveriam se portar frente à “novas” preocupações ambientais. Entre algumas das ocasiões e documentos marcantes criados para sugestionar publicamente as questões ambientais, pode-se elencar a *Declaração de Cocoyok*, de 1974, e o *Relatório Dag-Hammarskjöld*, de 1975. A despeito da importância destas publicações, o documento que vai dar o tom do que viria a ser a proposta ambiental mais influente para o setor institucional, seja este empresarial, de governos ou de organizações não governamentais, é lançado somente em 1987, sob o título de *Relatório Brundtland*. Este, que é identificado por ter inaugurado a proposta de “desenvolvimento sustentável”, ficou conhecido no Brasil como *Nosso Futuro Comum*.

Enquanto narrativa, o discurso do “desenvolvimento sustentável” intensifica-se e vai se consolidar em diferentes eventos internacionais. Entre estes podemos citar a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, de 1992, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, a *Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável*, em Joanesburgo, na África do Sul, em 2002, e a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS)*, ocorrida no Rio de Janeiro em 2012. No que tange a adesão do “desenvolvimento sustentável” pelos países, este

³ Críticas mais profundas a este relatório podem ser lidas na dissertação de Carlos Walter Porto-Gonçalves, *Os Limites do “Limites do Crescimento”*: Contribuição ao Estudo da Relação Natureza e História, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, em 1985, e também em seu livro *O Desafio Ambiental*, de 2004. Em passagem emblemática, Porto-Gonçalves (2004) enuncia que o que se vê em “Os limites do Crescimento é o deslocamento da questão ambiental, enquanto questão cultural e política, e sua assimilação por parte da lógica técnico-científica que estava sendo, ela mesma, criticada (p. 29)”.

processo ocorre pelo maior número de governos vigentes – assim como de organizações não governamentais instaladas em seus territórios – que subscrevem esta leitura ambiental enquanto matriz da sociedade que representam e vislumbram.

Perante o escopo do mundo corporativo, a pauta do “desenvolvimento sustentável” vai ser inserida nas e sob as vestimentas da Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Em termos gerais, a RSC anuncia um acervo de ações em que empreendimentos atendem a diversas dimensões passíveis de críticas por parte da sociedade organizada. Entre estas, podem-se verificar atividades que vão desde o “diálogo” com demandas trabalhistas, passando por questões territoriais diretamente relacionadas às comunidades em que as empresas se encontram instaladas. Alguns eixos desta atuação podem ser observados em atividades tocantes a assuntos educacionais, de saúde e, sobretudo, referentes à temática ambiental. No que concerne à questão do ambiente, o “desenvolvimento sustentável” fundamenta a visão empresarial de que certos gestores empresariais são “sensíveis” e “preocupados” com a inconveniência que determinados impactos negativos gerados por seus empreendimentos podem causar sobre algumas populações. Ou seja, para que isso se efetive, deve ser elaborado um conjunto de ações que visem desassociar qualquer efeito negativo que a empresa promova sobre o ambiente⁴.

Mathis et al. (2012) sistematiza o debate presente na literatura sobre a RSC, indicando que existem pelo menos três eixos que fundamentam sua prática. Um eixo assistencialista, “(...) relacionadas às obrigações legais e que defendem práticas desconectadas das atividades organizacionais da empresa (exemplo: doações de alimentos)”; o segundo eixo voltado para atender a “(...) reputação e a imagem da empresa, difundidas através de um código de conduta onde prevalecem determinados valores morais defendidos pela empresa”; e, por último, o eixo em que a RSC deve estar vinculada a oportunidade dos negócios, sobretudo no que toca a criação de “(...) soluções inovadoras, gerando valor para os acionistas e contribuindo para o desenvolvimento sustentável” (MATHIS et al., 2012, p.136).

Nestes termos, os gestores assumem as ideias desenvolvidas para estratégia da RSC, ao passo em que se avolumam diversas críticas da sociedade civil sobre a atuação de certos empreendimentos em diferentes temas, como a poluição do ambiente, as péssimas condições de trabalho, dentre outras. As exigências advindas de uma maior fiscalização por parte da sociedade engendraram o uso de instrumentos que expressassem transparência por parte das empresas, conformando, assim, uma série de:

(...) instrumentos de comunicação usados pelas empresas para tornar público a sua atuação na RSC, tais como: Balanço Social, Relatórios, Prêmios, Certificações, Auditoria Social e outras ações afirmativas, responsáveis pela publicação anual de um conjunto de informações sobre a empresa que englobam projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos chamados stakeholders (MATHIS et al., 2012, p. 136).

Como se pode observar, a inclusão da pauta ambiental nas políticas empresariais caminhou conjunta a uma série de outras demandas, como questões estritamente sociais de caráter filantrópico, assim como de atenção a pautas trabalhistas. Contudo, nos últimos anos, verifica-se o surgimento de uma nova proposta que visa atualizar parte da estratégia que constituiu/constituiu a

⁴ Entre algumas das práticas mais difundidas entre gestores, identifica-se a construção de uma eficiente rede de comunicação voltada a reproduzir propagandas de suas ações na qualidade de “sustentáveis”, “verdes”, e/ou comprometidas com o meio ambiente. Algumas destas ações também são conhecidas como *greenwashing*, termo que traduzido ao pé da letra significaria “lavagem verde”, e é usado para expressar um tipo de empresa que dissimule, ou maquie, seus reais impactos ao ambiente, dentre outros meios, através de propagandas positivas de suas atividades.

RSC, ora analisada. Esta proposta, denominada de *Environmental, Social and Governance*⁵, conhecida publicamente pelo acrônimo ESG, tem recebido maior atenção e visto sua proposta se popularizar no meio corporativo, por diversos motivos.

A ESG é citada pela primeira vez na publicação de autoria do Banco Mundial e do Pacto Global⁶, intitulada de *Who Cares Wins*, em 2004. Entre suas características, uma das que mais chama atenção - e que também pode ser apontada como fator que indica esta encontrar-se em processo de renovação da perspectiva do “desenvolvimento sustentável” presente nas políticas corporativas - é que seu vínculo ecológico se liga diretamente ao sistema financeiro. No documento citado, mais de 50 instituições financeiras mundiais são convidadas a debaterem e elencarem aquilo que deveria ser as boas práticas empresariais. Com esta motivação, consideraram-se os aspectos *ambientais, sociais* e de *governança*.

A principal publicação brasileira sobre a questão se chama *A Evolução da ESG no Brasil* (2021). Nesta, seus autores informam que “No Brasil, devido ao aquecimento do tema, muitos falam em uma transição de um termo para outro, como se fossem coisas distintas, mas não são. ESG nada mais é do que a visão do mercado de capitais sobre a sustentabilidade” (p. 3). Ainda mais, seus autores aprofundam sua definição com uma emblemática frase, indicando que “(...) a ESG não é uma evolução da sustentabilidade empresarial, mas sim a própria sustentabilidade empresarial” (p. 3). Assim, na compreensão destes agentes, a *sustentabilidade* é um vocábulo que representa o imbricamento da dimensão financeira com a pauta ambiental. Esta tem crescido e promete intensificar-se enquanto nova estratégia política do mundo corporativo, já que ela se refere ao “(...) mesmo objeto, visto e trabalhado por diferentes atores” (REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL et al. 2021, p. 3)⁷.

Outro aspecto que parece mobilizar as empresas a se implicarem com a ESG, refere-se à apreciação desta pelas preocupações, opiniões e demandas de agentes que não se encontram, direta e internamente, ligados à empresa. Chamados *stakeholders* no ramo da gestão empresarial que foca na responsabilidade corporativa, estes são identificados como a *parte interessada* (tradução usual no Brasil), mesmo que estes não sejam acionistas e nem mesmo possuam algum tipo de vínculo com a empresa, como, por exemplo, a relação trabalhista entre patrão e empregado. Podem ser enquadrados neste grupo, desde consumidores, ONGs e até comunidades afetadas por algum dano ligado à empresa, dentre outros. A estratégia de “ouvir” estas *partes interessadas* tem assumido tamanha importância, que índices foram criados para orientar, medir e certificar as empresas no cenário de crescimento e adesão aos princípios da ESG no meio corporativo. Entre estes, podemos citar dois: i) O *ISSO 26000*, que indica as normas para conferir a RSC da empresa a partir de critérios e conceitos voltados para o engajamento desta nas atividades de comunicação e dos *stakeholders*, e; ii) O índice [*AA1000 Stakeholder Engagement Standard*](#), criado pela empresa *AccountAbility*, para

⁵ No Brasil não existe ainda uma sigla que traduza os termos ESG, passiva de uso por seus agentes, assim como interessados em seu debate. Ao pé da letra, os termos *Environmental, Social and Governance*, significam, respectivamente *Ambiental, Social e Governança*.

⁶ Pacto global é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), voltada para atração e adesão do setor privado no cumprimento de dez princípios universais divididos em quatro áreas. São eles: a) Direitos humanos; b) Trabalho; c) Meio ambiente; d) Anticorrupção.

⁷ Em 2021, Larry Fink, diretor executivo da BlackRock, que gerencia mais de 44 trilhões de dólares, sendo a maior administradora de fundos do mundo, anunciou que a sustentabilidade seria o principal critério para as decisões sobre os investimentos da companhia. Segundo a empresa de tecnologia e dados voltados para o setor financeiro, Bloomberg, os fundos que adotaram as estratégias ESG aumentaram seus ativos em 32% no ano de 2020, alcançando um valor recorde de US\$ 1,8 trilhão (R\$ 8,8 trilhões), com tendência de crescimento. Já um relatório elaborado pela empresa de consultoria PwC indica que 57% dos ativos da Europa estarão alocados em fundos ESG até 2025, e que 77% dos investidores europeus pretendem parar de comprar produtos que não se enquadrem nos três princípios da sigla (BETHÔNICO, 2021).

normatizar a gestão de *stakeholders*, com orientações para que as empresas consigam rastrear, selecionar e classificar as *partes interessadas*.

Este cenário de normatizações, discursos de maior comprometimento das empresas com as *partes interessadas* em seus empreendimentos e adesão por parte do sistema financeiro, entre outros aspectos e características, tem sido apelidado de *capitalismo de stakeholders*. Contudo, vale dizer que mesmo que esta modalidade dê o tom narrativo de um horizonte que já se pinta na relação entre empresas e seu entorno, esta, necessariamente, não contradiz e não ameaça a existência dos acionistas das empresas, definidos no vocabulário corporativo como *shareholders* (traduzidos no Brasil, usualmente, também, enquanto acionistas).

Especificamente no Brasil, a Rede Brasil do Pacto Global et al. (2021), informa que houve um aumento das empresas que buscaram seguir os princípios da ESG desde o contexto da pandemia de Covid-19. Segundo esta entidade, no intervalo de 12 meses, entre o ano de 2020 para 2021, os fundos criados seguindo as normas ESG captaram investimentos da ordem de 2,5 bilhões de reais. É praticamente inexistente até o momento qualquer produção geográfica, ou mesmo da Ecologia Política, voltada para desvendar possíveis fenômenos que compõem este processo. Segundo as tendências e dados levantados, sua importância parece estar aumentando, visto que esta tem assumido uma maior dinâmica em diferentes setores produtivos, os quais têm incorporado sua estratégia no território nacional, como, por exemplo, em setores do agronegócio, da mineração, da siderurgia e do comércio.

O enfoque da Geografia Ambiental no desenvolvimento das práticas espaciais corporativas

Para o exame das repercussões espaciais advindas das estratégias corporativas, lançamos mão da perspectiva da Geografia Ambiental, enquanto enfoque ligado aos debates da Ecologia Política, comungando da mesma visão crítica sobre os processos de (re)produção, (re)transformação e (ab)usos da natureza, seja em seus aspectos materiais, simbólicos e/ou discursivos por diferentes agentes histórica e geograficamente situados.

Em termos científicos, para Souza (2018; 2019b), a Geografia Ambiental não é apenas mais uma subdivisão da Geografia, que se constituiria a partir de uma lógica positivista. Contudo, esta proposta também não visa se sobrepor ou substituir conteúdos e objetos especializados associados a Geografia Humana e a Geografia Física. Mais detidamente, nos termos colocados por Souza (2018), a Geografia Ambiental

(...) deve ser tratada antes como um enfoque (ou 'olhar') que como um subcampo ou ramo. Geógrafos com as mais diversas origens e experiências de pesquisa (pesquisa agrária, urbana, geomorfológica...) podem e devem colaborar com o esforço coletivo de construir objetos de conhecimento 'híbridos' (SOUZA, 2018, p. 295).

Entre os caminhos que podem ser trilhados por este enfoque, podemos nos debruçar, por exemplo, no possível entrecruzamento das condições de desigualdade social, de impactos urbanos-ambientais negativos, sobre situações de segregação residencial. Em nosso caso – como se verá mais adiante – acreditamos que ainda carecemos de imersões acadêmicas que articulem situações de sofrimento e *injustiças ambientais* e seus discursos. Sejam estas promovidas pela contaminação atmosférica gerada por um grande empreendimento siderúrgico sobre populações vulnerabilizadas historicamente, assim como pelas narrativas institucionais das empresas que (re)produzem argumentos imprecisos ou contrários a estas situações.

Neste sentido, as chaves analíticas que lastreiam nosso enfoque provêm dos estudos de autores sobre as situações de (in)justiça ambiental e sofrimento ambiental. No que toca à (in)justiça ambiental, esta discussão tem sua origem nos Estados Unidos, e tem sua definição trabalhada, principalmente nas obras de Bullard (1990 [2000], 2004), sua maior referência. Dialogando diretamente com grupos sociais excluídos e etnicamente discriminados, o autor define como (in)justiça ambiental o fato de que estes mesmos grupos sofrem por serem alvos preferenciais para instalação de empreendimentos contaminantes ao seu ambiente, exatamente por suas condições raciais e econômicas.

Nesta esteira, a (in)justiça ambiental contribui para a compreensão de que existe uma lógica política que distribui desigualmente os danos e benefícios do modelo de desenvolvimento econômico hegemônico, permitindo, inclusive, sua reprodução e expansão. Dito de outra forma, isso significa dizer que o modelo vigente tem explorado de forma desenfreada os recursos naturais de forma suficientemente efetiva, porque tem transferido os efeitos negativos desta produção para populações e grupos menos favorecidos (ACSELRAD et al., 2009).

A exposição desigual a que grupos historicamente vulnerabilizados são vítimas, quando comparados a setores da sociedade de maior poder aquisitivo, acarreta em situações prejudiciais à sua saúde, em virtude, sobretudo, da proximidade de certos empreendimentos produtivos sobre suas moradias. Os pesquisadores argentinos Javier Auyero e Débora Swistun, no livro *Flammable: Environmental Suffering in an Argentine Shantytown* (2009), definiram esta situação como de sofrimento ambiental. Seu estudo tem como base os casos de contaminação em uma favela chamada “Villa Inflamable”, que se localiza no distrito de Avellaneda, próximo a cidade de Buenos Aires.

Sob a compreensão destes autores é possível identificar um tipo de sofrimento resultante, desde a instalação até a operação, dos efeitos danosos ao ambiente advindos de setores produtivos. Estas consequências produzem o que pode ser denominado de “sofrimento ambiental”, pois seus impactos negativos sobre os recursos hídricos e atmosféricos, por exemplo, provocam prejuízos diretos e indiretos na saúde física e/ou psíquica dos humanos. Os diferentes tipos de documentos que podem ser utilizados para atestar uma situação de sofrimento ambiental, como diagnósticos, laudos médicos e relatórios, no geral, são alvos de contestação por parte dos agentes identificados como promotores desta situação prejudicial à saúde humana. Ao se refutarem estes documentos, negam-se as circunstâncias do sofrimento ambiental e, por tabela, se rejeita, também, o quadro de (in)justiça ambiental.

Enquanto o sofrimento e as (in)justiças ambientais são elaborações teórico-empíricas – lançadas, aqui, sob o escopo da Geografia Ambiental e da Ecologia Política, capazes de examinar dinâmicas ecológicas e sociais –, por outro lado, há também diferentes formas de negar tal cenário. Entre estas, ações voltadas a desviar a atenção ou ocultar certos impactos negativos nos territórios são lançadas por diversos empreendimentos. Para desvelar tais questões, nossa abordagem investiga a existência de *práticas espaciais heterônomas* e seu exercício voltado para *ocultar as práticas poluidoras que conformam uma situação de sofrimento e (in)justiça ambiental*. Estas práticas, habitualmente, estão abrigadas sob as diretrizes da RSC e vêm sendo renovadas sob a inspiração dos princípios da ESG.

Especificamente na literatura brasileira, as obras de Corrêa, *Corporação, práticas espaciais e gestão do território* (1992) e *Espaço: um conceito-chave na Geografia* (2010[1995]), apresentam uma elaboração para identificação e leitura das práticas espaciais de empresas instaladas no Brasil. Nas palavras deste autor, para garantir certos interesses privados, estas *práticas* são “(...) meios efetivos

através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução" (p. 35), podendo, assim, serem definidas enquanto "(...) um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais" (CORRÊA, 2010[1995], p. 35).

As práticas espaciais, sob a prerrogativa empresarial, são categorizadas por Corrêa, como: *seletividade espacial*, que pode ser identificada pelo processo de triagem e escolha de localizações para instalação de certas empresas; *fragmentação-remembramento espacial*, deriva da "(...) intensificação da atuação da empresa que leva à implantação de novas unidades vinculadas (...)", e da "aglutinação de unidades locacionais e áreas (...)" (p. 38-39); *antecipação espacial*, que significa "(...) garantir para o futuro próximo o controle de uma dada organização espacial, garantindo assim as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, de reprodução de suas condições de produção" (p. 39); *marginalização espacial*, expressa a perda de valor atribuído a um espaço, e seu possível abandono por empresas, e; *reprodução da região produtora*, que busca garantir a permanência da lógica instaurada em sua região, com práticas assistencialistas, de propaganda e com atualizações tecnológicas, entre outras (CORRÊA, 2010[1995]).

Embora as publicações seminais de Corrêa sejam até hoje de forte contribuição para a compreensão de certos fenômenos oriundos das dinâmicas territoriais observadas no espaço geográfico nacional, sua classificação não atentou, ou não esteve dirigida, a apreender as práticas espaciais enquanto exercícios, direta ou indiretamente, de fraca ou forte densidade ambiental.

Com a finalidade de direcionar nossas atenções para estas "ações" e seus rebatimentos sócio-espaciais, originados e acionados no bojo das estratégias políticas da RSC e da ESG, dentre outros motivos, pelo atual relevo que a dimensão ambiental tem tomado nos debates públicos, buscou-se identificar convergências desta proposta com distintas – mas não contraditórias – definições do que são as práticas espaciais. Neste percurso, lançamos uso das reflexões de Souza (2013) para compreender como estas não podem ser desassociadas da compreensão de que elas são também *práticas sociais*.

Neste sentido, para que o processo de investigação assuma a forma mais elucidativa e contundente, a correspondência entre os fenômenos deve assumir destacada importância. Concatenar esses fenômenos pode permitir a melhor apreensão de suas reverberações, assim como seu acompanhamento científico pode preencher as lacunas que o exame sócio-espacial carece, quando se pretende a análise das "estratégias empresariais", notadamente, de caráter ambiental.

A seguir, nos debruçamos a investigar um repertório de ações sociais empreendidas pela siderúrgica Ternium, localizada no bairro de Santa Cruz, Rio de Janeiro-RJ, e apontada como geradora de diversos impactos ambientais nocivos ao ambiente do bairro. Neste estudo, foi possível caracterizar uma *prática espacial corporativa direcionada para escamotear o sofrimento e as injustiças ambientais geradas* no bairro em tela. Sob nosso olhar, a empresa conforma esta prática espacial ao (i) impelir o estabelecimento das relações sociais no território em que se encontra instalada, com base na fabricação do discurso de "empresa comunitária". Este discurso informa que há uma *unicidade territorial* entre empresa e moradores, pois a empresa é pertencente à "comunidade" tanto quanto sua população mais antiga, e por (ii) desassociar-se dos problemas ambientais promovidos por sua operação no bairro, a partir do investimento massivo em ações e propagandas que visam à construção da empresa como sinônimo de benevolência e altruísmo frente as demandas locais dos moradores.

A prática espacial de apagamento do sofrimento e das injustiças ambientais

A *Ternium Brasil* é a maior siderúrgica da América Latina. Produzindo em torno de cinco milhões de toneladas de aço por ano, ela atende a toda subdivisão da cadeia produtiva que se localiza posteriormente à transformação do minério em ferro-gusa e depois em aço. Assim, à jusante, ela atende setores produtivos, como indústrias automotivas, de gás, maquinário, linha branca, naval e energia, entre outros. Para produzir e atender estes setores, ela conta com uma logística espetacular de recebimento de minério de ferro por linha férrea e exportação através de um porto próprio instalado na Baía de Sepetiba-RJ, despachando para clientes em todo Brasil, assim como exportando para EUA, México e Europa (TERNIUM, 2021).

Como é compartilhado por diversas entidades e pesquisadores que se dedicam a investigar este setor produtivo (FIDH/JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2022; PACS, 2012; FIOCRUZ; 2011), o ramo siderúrgico é sabidamente fonte de diversos tipos de impactos nocivos ao ambiente próximo – e em algumas condições, distantes – de suas cercanias. No caso da siderúrgica localizada no bairro de Santa Cruz, esta situação não é diferente. Instalada por seus proprietários anteriores, as multinacionais *ThyssenKrupp Steel* e a *Vale S.A.*, que conjuntamente dividiam a sociedade desta sob os moldes de uma *joint venture*, a empresa foi contestada diversas vezes sobre seus impactos, registrados desde o anúncio de sua chegada e instalação, entre os anos de 2005 e 2010, e também depois de iniciado seu processo operativo, em meados de 2010⁸.

Entre os efeitos geradores de conflitos, denunciados por diversos agentes sociais, como moradores e ambientalistas, podemos citar os 36 casos de inundação ocorridos entre 2006 e 2012 (TAVARES, 2019; JUSTIÇA GLOBAL, 2017; PACS, 2017), e o fenômeno popularmente denominado pelos residentes do bairro de “chuva de prata”. Embora as inundações no bairro, decorrentes da intervenção hidráulica da empresa ao alterar o curso de um canal tenham tido uma alta repercussão, o caso mais noticiado, tão nocivo ao ambiente, quanto as inundações, foi a denominada “chuva de prata”.

Essa “chuva” pode ser compreendida como um fenômeno ocasionado pela aerodispersão de efluentes danosos à saúde, decorrentes da cristalização do ferro gusa quando inadequadamente armazenado ao ar livre e/ou em poços de basculamento, sem a atenção e controle devido pela empresa. Em virtude do reflexo da luz, é possível visualizar a fuligem tóxica num tom prateado. A dispersão destas partículas de brilho metálico alcança vários conjuntos habitacionais do bairro de Santa Cruz, até aterrissarem sobre as pessoas, seus lares, quintais, escolas, ruas, postos de saúde, matas, rios, etc., como se fosse uma chuva, porém, de pó. Este fenômeno já foi registrado por três vezes, tornando-se um dos casos mais emblemáticos de uma situação de injustiça ambiental localizada na cidade do Rio de Janeiro⁹.

Em virtude das denúncias sobre a “chuva de prata”, diversas multas foram aplicadas pela Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) à

⁸ A colocação da “pedra fundamental” que marca o início de construção da empresa ocorre no dia 29 de setembro de 2006. Mas já em seu anúncio formal, no ano de 2005, o primeiro conflito surge, com a disputa pelo terreno destinado à empresa, que neste momento era ocupado por 75 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

⁹ É importante salientar que os episódios da chuva de prata apresentavam material particulado em uma granulometria de grande proporção. Hoje, continua a emissão deste pó, mas em material particulado menor, dada a instalação do filtro por parte da Ternium.

siderúrgica, algumas com valores superiores a mais 10 milhões de reais (O Globo, 01 de novembro de 2011).

Contudo, a despeito dos registros que marcam este fenômeno, a permanência dos incômodos gerados pela emissão de materiais particulados no ar é algo que ultrapassa estes três “eventos” informados, e que se apresenta como algo contínuo no ambiente local. Neste sentido, isso pode ser caracterizado enquanto uma situação de sofrimento ambiental, sobretudo em razão dos diagnósticos disponibilizados por algumas instituições que se debruçaram a verificar a situação de saúde de moradores circunscritos nas proximidades da usina siderúrgica.

A título de exemplo, podemos citar os laudos e relatórios emitidos pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ (2011; 2014)¹⁰, assim como pareceres técnicos e acadêmicos e cartilhas de organizações não governamentais, como a Justiça Global (2017) e o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS, 2012). Em que pese a pertinência dos documentos produzidos por estas últimas entidades que citamos, chamamos atenção para os laudos produzidos pelo *Serviço de Psiquiatria do Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe)*, assinado pelo médico *Dr. Paulo Roberto Chaves Pavão*, Médico Responsável e Chefe da Unidade de Psiquiatria Assistencial da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (FCM/UERJ) e do Setor de Psiquiatria e Psicanálise do Hospital Universitário Pedro Ernesto/UERJ. Neste parecer, que teve como base o exame clínico de sete pessoas residentes na vizinhança da siderúrgica, foi diagnosticado que:

Do ponto de vista psiquiátrico identifiquei grave sofrimento psíquico, caracterizado por manifestações depressivo-ansiosas, compatíveis com reações ao estresse grave e transtornos de adaptação, cabendo destacar na gênese de tais manifestações os fatores causais:

- Um acontecimento particularmente estressante desencadeador de estresse, de uma alteração marcante da vida do sujeito e do seu entorno com consequências desagradáveis e duradouras levando a um sério transtorno de adaptação, gerando no paciente uma grave vulnerabilidade na sua estrutura psíquica-emocional, no qual caracterizo como CID10-F43 reação ao estresse grave e transtorno de adaptação com síndrome de inadaptação (FIOCRUZ, 2011, p. 122).

Este diagnóstico, que partiu das queixas informadas pelos pacientes que alegavam sentir desconfortos oftalmológicos, dermatológicos e respiratórios, como indicado, aponta que estes pacientes sofrem com a *reação ao estresse grave e transtorno de adaptação com síndrome de inadaptação*, como informa a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), com o código CID10-F43.

Na sequência de nosso texto, apresentaremos outros elementos que atestam o agravamento das questões ambientais no bairro, contudo, a ênfase maior será dada ao exercício de correlacionar como estas são “incorporadas” pela empresa, no acionamento de sua visão e suas ações sociais. Como já informado em seção anterior, esta postura conforma uma prática espacial heterônoma direcionada a invisibilizar o sofrimento e as injustiças ambientais no bairro. Assim, sob nossa análise, foi possível identificar três períodos distintos de execução das práticas de apagamento das ações poluidoras da empresa, apresentadas a seguir.

Primeiro Período – Das denúncias ao Termo de Ajuste de Conduta (TAC)

¹⁰ Estes relatórios, particularmente, foram produzidos por um Grupo de Trabalho, chamado GT Fiocruz, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), composto por pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) e da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV).

Entre os anos de 2010 e 2017, a usina siderúrgica esteve sob direção da ThyssenKrupp Steel e a Vale S.A., sob o nome fantasia de TKCSA. Sua venda é concluída exatamente no dia 07 de setembro de 2017 pelo valor de € 1,4 bilhão para o grupo Ternium, que no Brasil encontra-se associado, dentre outras empresas, à USIMINAS. Contudo, antes de sua venda, há um ínterim de tempo que vai de julho de 2010 ao dia 28 de setembro de 2016, em que a empresa opera sem o licenciamento ambiental completo¹¹. Durante todo este período é possível identificar um conjunto de ações relacionadas a RSC pela usina.

Em virtude das múltiplas denúncias, multas e ações movidas por diversas entidades, um acordo entre a empresa e órgãos ambientais do estado celebrou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para a empresa. Entre os 134 itens do TAC voltados para mitigar e adequar a empresa às normas estabelecidas pelos órgãos ambientais, quatro destes podem ser relacionados diretamente às ações de RSC. São eles: (i) Realização de um estudo epidemiológico; (ii) Elaboração de um plano de realocação da chamada “comunidade do abrigo”; (iii) Edição de um jornal gratuito para a comunidade com conteúdo focado em ações de responsabilidade socioambiental e atividades da comunidade; (iv) Criação e veiculação de séries de programas em rádios oficiais (VIEGAS et al., 2017). O primeiro período é compreendido pelas iniciativas abrigadas sob estas quatro ações.

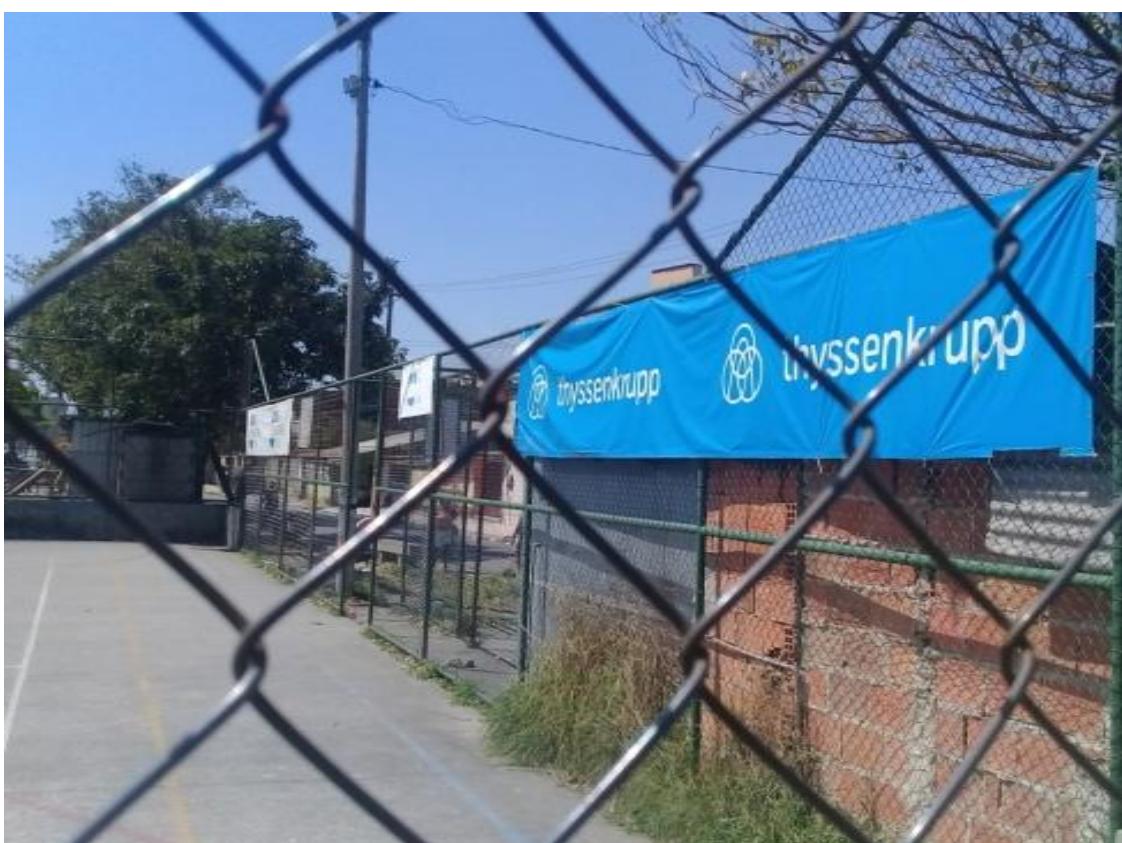
A despeito de que estas ações supracitadas se originem do acordo entre empresa e os órgãos ambientais competentes, sob a observância de entidades da esfera judicial, como o Ministério Público do Estado, entre outras, estas não foram consideradas como vinculantes. Em outras palavras, isso significaria que a não efetivação destas ações não comprometeria a concessão da licença ambiental para a empresa. Entre os exemplos das ações que não foram cumpridas, pode-se citar o item referente à realização de um estudo epidemiológico. A negligência da empresa com este item é bastante emblemática para compreensão das prioridades que ela deu sobre as denúncias dos casos de adoecimento por parte da população, em decorrência da emissão de contaminantes na atmosfera. Nestas circunstâncias, a empresa não esteve preocupada em explicar ou resolver as condições de sofrimento ambiental vivenciadas pelos moradores.

Segundo Viégas e Mendes (2017), as ações com mais incidência estavam relacionadas aos itens *iii* e *iv*. Examinando o item *iii*, *Edição de um jornal gratuito para a comunidade com conteúdo focado em ações de responsabilidade socioambiental e atividades da comunidade*, estes autores destacam a confecção e distribuição de 50 mil exemplares do jornal Alô Comunidade, que divulga as atividades da empresa no bairro. Eles ainda destacam que em seu exame sobre o jornal, ele não apresenta nenhuma explicação, para seu público-alvo, das razões da criação deste jornal no bairro, pois isso “implicaria necessariamente em desvelar para esse público, de maneira simples e didática, o que é um TAC – o móbil central para a existência do jornal” (p. 121). Ou seja, segundo estes autores, este seria um procedimento da empresa que atestaria seu propósito em ocultar o próprio jornal Alô Comunidade como fruto das obrigações condicionadas pelo TAC.

¹¹ Vale informar que a empresa só conseguiu o Licenciamento no dia 28 de setembro de 2016, após diversas contestações e todo imbróglio jurídico ocorrido pelas ações e denúncias desfavoráveis movidas por diferentes órgãos, como o Ministério Público do Rio de Janeiro, através do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (Gaema). Este teve resposta favorável a sua Ação Civil Pública (ACP), sentenciada no dia 20 de setembro de 2016 pela Juíza Natascha Maculan Adum Dazzi, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), que impedia que a Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA), pudesse deliberar sobre o Licenciamento Ambiental da empresa, sobretudo, antes da realização de novos estudos sobre os impactos gerados pela empresa no bairro em questão. Contudo, a própria juíza revogou sua decisão, e no dia 28 de setembro de 2016 a pauta voltou a ser debatida na reunião colegiada da CECA, que concedeu a licença ambiental para a usina siderúrgica.

O jornal foi também fonte de divulgação de diversas atividades elaboradas pela empresa e que, de certa forma, nunca foram justificadas enquanto compensações ou mesmo contrapartidas frente aos seus impactos negativos no bairro. Estas atividades podem ser distinguidas em três linhas: uma esportiva, uma educacional e uma cultural. Como se pode observar na imagem (figura 01), além do uniforme disponibilizado para as crianças e contratação de instrutores para diversas modalidades como futsal, futebol de campo e basquete, os locais de prática esportiva (quadras e campos) contêm banners e adereços que demarcam a gestão e a responsabilidade de tal atividade naquele lugar, assim como a presença da empresa de forma mais ampla no bairro.

Figura 1 - Atividades esportivas da TKCSA no bairro de Santa Cruz-RJ



Fonte: TAVARES, 2017.

Diferentemente destas atividades, outras informações sobre os casos da “chuva de prata”, inundações, doenças humanas ou impactos ambientais associados à empresa, não eram reportadas nos meios de comunicação da siderúrgica. Concorrendo com este ocultamento, e já antecipado neste trabalho, algumas entidades se debruçaram a examinar a correspondência entre alguns dos efeitos gerados pela usina siderúrgica e seus prejuízos à saúde humana. De forma representativa, anteriormente citamos o diagnóstico assinado pelo Dr. Paulo Roberto Chaves Pavão, Chefe do Setor de Psiquiatria e Psicanálise do Hospital Universitário Pedro Ernesto/UERJ e, agora, apresentamos a avaliação da Fiocruz que, através de dois relatórios, um em 2011 e outro em 2014, atesta, com exames clínicos sobre moradores, a ocorrência de prejuízos à saúde humana, causados pela emissão de material particulado na atmosfera próxima de diversos conjuntos habitacionais do bairro. O documento informa que:

Segundo o Dr. Hermano Castro, responsável pelo atendimento, foram atendidos 07 moradores, sendo 01 criança e 06 adultos. A criança apresentava história clínica compatível com rinosinusopatias e asma brônquica, com piora do quadro após a exposição ambiental. Todos os adultos apresentavam queixas respiratórias, como tosse, dispneia e sinusite, da mesma forma referiram relação e agravamento com a exposição ao pó da siderurgia. Dois adultos apresentaram quadro clínico-funcional compatível com asma brônquica e um adulto apresentou sequela de tuberculose pulmonar. Três adultos apresentaram alterações funcionais ao exame de espirometria realizado no ambulatório do CESTEH. Além disso, dois moradores (01 adulto e 01 criança) referiram prurido em membros superiores relacionados à presença da poeira, tipo purpurina, segundo relato de exposição. As queixas e os sintomas agravados destes moradores se relacionavam através da história colhida com a exposição à fuligem da siderurgia, a partir do mês de agosto (FIOCRUZ, 2011, p. 45).

Como já afirmamos anteriormente, este *primeiro período* compreende um ínterim temporal em que a empresa lança mão do uso da RSC, através dos termos previstos pelo TAC, em seu benefício. Sempre propagandeando suas atividades, sob a narrativa prevista pela RSC, o conjunto de ações da empresa vai sofrer alterações a partir da mudança de direção, ocorrida após sua venda em 2017, como veremos a seguir.

Segundo Período – O Programa *Usina Comunitária Ternium*

A siderúrgica Ternium, embora não tenha extinguido as atividades desenvolvidas pela antiga razão social, passa a empregar sua visão sobre a RSC, modificando e reorientando as atividades herdadas do TAC. Neste sentido, todos os projetos desenvolvidos anteriormente são albergados sob o programa denominado de *Usina Comunitária Ternium*. Além dos antigos projetos, novas atividades são criadas, marcando, a nosso ver, o *segundo período* de aplicação da prática social corporativa na comunidade circunvizinha à empresa.

Os elementos que compõem as diretrizes da empresa para o programa *Usina Comunitária Ternium* são descritos no site. Este informa que:

A Ternium tem como missão assumir responsabilidade perante a sociedade. O comprometimento com os nossos vizinhos, a transformação social e econômica da região e o cuidado e respeito com o meio ambiente norteiam o trabalho de responsabilidade socioambiental da Ternium. Segundo nossa tradição, nós da Ternium somos membros ativos da sociedade. Promover o desenvolvimento local é a diretriz da política de responsabilidade social da empresa. A Usina Comunitária Ternium é o programa de relacionamento com as comunidades locais e beneficia até 30 mil moradores em quatro campos de atuação: educação, esporte, cultura e cidadania (TERNIUM, 2019).

Segundo a cartilha divulgada pela empresa, entre o ano de 2017 e 2018, o investimento em atividades sociais no bairro aumentaram 38%. Se no ano de 2017 o orçamento era de R\$ 3.724.000,00, no ano de 2018, esta cifra subiu para 5.125.234,74 (TERNIUM, 2018). Como se pode observar na imagem (figura 02), as ações desenvolvidas pela empresa estão espalhadas no bairro, abrangendo eixos educativos, culturais e esportivos.

Figura 2 - Distribuição espacial das atividades da empresa englobadas no programa Usina Comunitária Ternium no bairro de Santa Cruz-RJ



Fonte: TERNIUM (2018)

Outros projetos que compõem o acervo de atividades da Ternium são a *Corrida Ternium 10K*, *Reconhecimento Ternium*, *Cine Ternium* e *Voluntariado*. De forma mais detalhada, veremos, a seguir, o projeto intitulado *Voluntários em ação*, pelo destaque que este programa possui em outras unidades produtivas deste grupo empresarial.

O projeto *Voluntários em ação* é executado pela Ternium em suas empresas espalhadas por dez países, contando com mais de 3.034 voluntários. O direcionamento do projeto é dividido em duas linhas-escalas. A *global*, aquela que deve ser seguida de forma geral, e a *local*, que atende as demandas da localidade. Seu direcionamento global coloca a educação como principal valor a ser trabalhado por seus integrantes. Como atividade principal se tem a reforma de escolas públicas que, segundo os mesmos, atende a premissa de que com a melhora do ambiente escolar a empresa contribui para a melhora dos rendimentos escolares. Os responsáveis por efetivar este trabalho são o *voluntariado*, constituído por funcionários e comunidade, com objetivo de integrar a comunidade e a empresa.

Referente à escala local, seu direcionamento também aponta a educação como principal valor. Seu foco de atuação, assim como o global, são também as escolas da rede pública de ensino. Contudo, é frisado que mesmo colocando como seu objetivo a reforma das escolas, no caso de a

mesma necessitar de intervenção prévia em pontos específicos, uma empresa especializada será contratada para realizar o trabalho.

Um diferencial deste projeto, apontado pela empresa, é seu forte apelo na comunicação interna e externa. A propaganda de seus projetos e os benefícios oriundos destes não se restringe somente à localidade onde é anunciado através do jornal impresso *Alô Comunidade*. No mês de fevereiro de 2019, por exemplo, um jornal de alcance popular da cidade do Rio publicou uma matéria anunciando a “grande ação de voluntariados no próximo final de semana” (O DIA, 2019). A notícia informava que antes mesmo do voluntariado – composto por funcionários do complexo industrial e seus familiares, juntos dos pais, professores e da comunidade escolar – realizar as melhorias, a equipe de engenharia da usina já atuava na escola há cerca de um mês reformando algumas estruturas, como troca de pisos e revestimentos e reforma de toda a parte elétrica. Além da “cara nova”, a escola ganharia uma sala de informática com equipamentos doados pela Ternium.

Em nossa investigação, identificamos duas ações realizadas. Uma na Escola Municipal Japão, em maio de 2018, e a outra na Escola Estadual Roberto Coelho, em fevereiro de 2019. A primeira escola, que possui em torno de 550 crianças matriculadas, recebeu investimentos na ordem de R\$ 500 mil e teve a atuação de 367 voluntários. A segunda escola também recebeu o investimento de R\$ 500 mil e teve a participação de 409 voluntários. Esta, que possui o número de 343 crianças matriculadas, segundo registros da própria empresa, “Possui 35 anos e nunca passou por uma reforma” (TERNIUM, 2019, p. 17).

Analizando as características destas ações em seu conjunto, observamos como estas são destinadas a um perfil específico, que é o público com faixa etária mais jovem. Estes projetos emanam discursos de benevolência e bondade, sem citar ou abrir margem para qualquer informação que indique a existência de problemas ambientais no bairro. Neste bojo, a nosso ver, os projetos abrigados pelo programa *Usina Comunitária Ternium*, não somente reforçam o caráter secundário com o qual a empresa trata as questões ambientais manifestadas no bairro, como também efetiva uma prática espacial que promove a invisibilização e o apagamento do sofrimento e das injustiças ambientais já citadas.

Os objetivos da empresa em seu relacionamento com os moradores, presentes no programa *Usina Comunitária Ternium* e efetivado pelo projeto *Voluntários em ação*, são construir e reforçar sua imagem como entrelaçada à comunidade. Poderíamos afirmar que do ponto de vista literal, e territorial, esta é uma afirmação correta, já que a instalação da empresa ocorreu nas imediações de vários conjuntos habitacionais situados muito preteritamente à empresa. As portarias da empresa, por exemplo, estão localizadas contíguas a uma fileira de casas em que residem as populações mais pobres, situada na Avenida João XXIII. Do ponto de vista do discurso, os projetos do programa *Usina Comunitária Ternium* reforçam a ideia de que a empresa é uma parceira da/na comunidade. Nas portarias da empresa, outdoors que acentuam tal construção discursiva são visivelmente notados (ver figuras 03 e 04).

Figura 3 - Outdoor na entrada da Usina siderúrgica Ternium Brasil



Fonte: TAVARES, 2018.

Neste sentido, observamos como sob o mote da *Responsabilidade Social Corporativa*, são criadas várias táticas para gerir os territórios e seus latentes conflitos, naquilo que poderia ser visto como potencial ameaça, seja em virtude de disputas sobre o acesso à água, pela defesa dos ecossistemas, ou como podemos compreender no caso em tela, por conta de impactos negativos à saúde humana, dentre outras possíveis motivações. Um empreendimento publicamente identificado como grande causador de impactos ambientais lança mão de uma política que gerencie e controle os potenciais “riscos sociais” (Pinto, 2019), através da construção de uma imagem de benevolência e altruísmo nas comunidades, quando muito, não deixa também de considerar o uso de táticas de cooptação, dentre outros meios.

Figura 4 - Foto coletiva de pessoas envolvidas no Projeto Voluntários em Ação



Fonte: TERNIUM, 2018.

Terceiro Período – Transformando impactos ambientais em oportunidades financeiras

A mudança de concepção estratégica que vem ocorrendo em diversas empresas, sob o bojo da ESG, também foi acompanhada pela Ternium. Pode-se notar um crescimento das ações e discursos, promovidos por seus gestores, concordantes com a visão política sobre a governança, o ambiente e os aspectos sociais que esta nova estratégia prevê, desde o ano de 2020.

No âmbito internacional, Máximo Vedoya, CEO da empresa, comunicou que no ano de 2021 seriam investidos mais de 500 milhões para as plantas siderúrgicas localizadas em Santa Cruz, no Brasil, em Nuevo León, no México e em San Nicolás de los Arroyos, na Argentina. Segundo ele, todos estes investimentos visavam efetivar projetos e tecnologias “corretas” do ponto de vista ambiental, pois “(...) cuidar do meio ambiente é um aspecto fundamental das operações da Ternium. A indústria do aço, como muitas outras, tem direcionado cada vez mais recursos para melhorar sua pegada ambiental” (p. 1). Em Santa Cruz, especificamente, o foco está voltado para gestão de efluentes e gestão de materiais, a partir da instalação de um dispositivo para filtrar e remover partículas advindas das etapas do processo de transformação do minério em aço (TERNIUM, 2021).

Em parceria com outras empresas que acompanham esta tendência corporativa, a Ternium também tem voltado sua atenção para projetos destinados à redução das emissões de CO₂. Isso é anunciado pela empresa a partir do projeto chamado *Rota da Descarbonização*, e tem seguido linhas que vão ao encontro do previsto pelo *Acordo de Paris*, concernente ao debate sobre mudanças climáticas. Junto da Vale S.A., a Ternium pretende realizar estudos para viabilizar economicamente “potenciais investimentos em uma usina de briquetes de minério de ferro localizada nas instalações da Ternium Brasil e usinas para produzir metálicos com baixa emissão de carbono, utilizando a tecnologia Tecnored, HYL e outras tecnologias para a redução de ferro” (VALOR ECONÔMICO, 2021, p. 1).

A maior atenção dispensada à “questão ambiental”, sob o escopo das discussões que envolvem o aquecimento global, parece não ser por acaso. Sob nossa análise, há pelo menos duas razões que podem explicar isso. Uma ligada aos poluentes que a empresa emite e que contribuem diretamente para o fenômeno das mudanças climáticas, e outra ligada a este primeiro, que envolve as estratégias da ESG para este processo. No que diz respeito ao primeiro ponto, conforme os dados citados pelo Fórum De Mudanças Climáticas E Justiça Socioambiental (FMCJS), a Ternium sozinha foi responsável por 50% das emissões de gases que intensificam o efeito estufa no ano de 2017 em toda cidade do Rio de Janeiro. Com o valor de 11,63 milhões de toneladas de CO₂e (MtCO₂e) lançados pela empresa, a cidade toda registrou 20,56 MtCO₂, conforme monitoramento divulgado pela própria prefeitura (FMCJS, 2022). Como se pode observar, a relevância dos dados informados são aspectos de contestação local por parte de agentes ligados ao debate ambiental no estado. Por outro lado, a empresa criou projetos – como a *Rota da Descarbonização*, citado anteriormente –, contudo, seus motivos parecem não se traduzir em uma possível tomada de lucidez ou reconhecimento sobre os desdobramentos negativos atuais e futuros que sua operação provoca sobre o ambiente local, no que toca ao debate das mudanças climáticas.

Embora seja possível observar uma maior adesão por parte das empresas para com as questões que envolvem o debate sobre o aquecimento global, suas motivações nem sempre são apresentadas por completo. Em interessante documento, chamado de *Carteira de Investimentos ESG: oportunidades e desafios para instituições financeiras*, a Neoway, considerada a maior empresa da América Latina de *Big Data Analytics* e *Inteligência Artificial para negócios*, afirma que os impactos gerados pelo aquecimento global sobre companhias e o PIB de países pode alcançar até 2050 um prejuízo de US\$7,9 trilhões. Neste sentido, como bem orienta a empresa, as justificativas para que grupos econômicos sigam as orientações que a estratégia ESG proporciona, têm como impulso a necessidade dos setores produtivos inverterem seu pensamento estratégico, assim, compreendendo que os riscos ambientais precisam ser tratados enquanto oportunidades financeiras, e não ao contrário.

O entendimento de que as empresas ambientalmente promotoras de efeitos nocivos ao ambiente têm a capacidade de converter a situação de “riscos”, “ameaças” e “problemas” em oportunidades de negócios, não somente é seguida pela Ternium, como é sugestionada por parte de seus gestores para as empresas sócias da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Em evento realizado por esta última, intitulado de *ESG como fator de competitividade e gestão de risco na indústria*, o VP Legal & Institucional da Ternium, Pedro Teixeira, fala que

(...) isso hoje é fator de competitividade. (...) Quem não tiver sintonizado nesse movimento, vai ser cancelado. (...) Temos a convicção que estamos antenados, e estamos tentando liderar, do ponto de vista tecnológico, aquelas mudanças que são importantes para o setor siderúrgico (TEIXEIRA, 2021).

Ao passo que a estratégica ESG toma maior vulto, seja impulsionando ou sendo impulsionada por uma agenda ambiental – corporativa – focada no debate sobre o aquecimento global, esta resulta por ofuscar outros efeitos negativos ao ambiente, inclusive, justificando a diminuição dos investimentos destinados às atividades agrupadas sobre a RSC. Esta mudança de dinâmica ainda carece de mais exames. O programa *Usina Comunitária Ternium*, por exemplo, não é mais localizado no site, nem mesmo é divulgado nas redes sociais da empresa. O que pode ter um significado maior, muito em breve.

Considerações finais

Como abordado neste trabalho, foi possível identificar e analisar como a usina siderúrgica Ternium, antes sob o nome de TKCSA, tem promovido diversas ações no Santa Cruz-RJ, bairro em que se encontra instalada e operando. Investigamos como estas ações conformam uma prática espacial que, ao tergiversar sobre os danos ambientais em suas cercanias, oculta o sofrimento e as injustiças ambientais sentidas pelos moradores. Para se eximir destes processos, a empresa atuou de forma diferenciada em três momentos que podem ser distinguidos desde sua instalação e início de operação, passando por sua venda, até o momento presente.

Os três períodos que conformam a *prática espacial corporativa de apagamento do sofrimento e das injustiças ambientais* pela usina siderúrgica, estabelecem uma dinâmica de continuidade da atuação da empresa que visa não deixar margem para contrapontos a seu funcionamento. Além disso, também foi possível constatar como o acervo de atividades que compõem esta prática pode sofrer alterações na medida em que “novos” elementos de análise da realidade são inseridos e acionados em suas estratégias corporativas.

Como desfecho, vale informar que as reflexões sobre as ações que envolvem a estratégia da RSC, sob sua nova roupa, a ESG, ainda são carentes de imersões acadêmicas, sobretudo na ciência geográfica. A articulação estratégica entre os fitos ambientais, sociais e de governança, do qual tentamos traçar um diagnóstico, a nosso ver, merece maior atenção por parte da Geografia brasileira, sobretudo em virtude das possibilidades de identificação de novos fenômenos, criação de novos recortes e pelas elaborações teórico-empíricas que novos objetos suscitariam em função dos rebatimentos sócio-espaciais que a ESG e sua dinâmica podem promover.

Referências

- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília. Campelo do Amaral; BEZERRA, Gustav Neves. (2009). O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond.
- AUYERO, Javier; SWISTUN, Débora. (2009) *Flammable: Environmental Suffering in an Argentine Shantytown*. Oxford: Oxford University Press.
- BETHÔNICO, Thiago. Entenda o que é ESG e por que a sigla virou febre no mundo dos negócios. Sinônimo de boas práticas ambientais, sociais e de governança tornou-se selo para empresas e investimentos responsáveis. In: Sustentabilidade. *FOLHA DE SÃO PAULO*, São Paulo, 26 jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/entenda-o-que-e-esg-e-por-que-a-sigla-virou-febre-no-mundo-dos-negocios.shtml>. Acesso em 21 de julho de 2021.
- BOOKCHIN, Murray. (2010) *Ecologia Social e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- BOSQUET, Michel[André Gorz]. (1975). *Écologie et politique*. Paris.
- CORRÊA, Roberto Lobato. 2010(1995). Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. – 13^a ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 15 – 47.
- _____. (1992). Corporação, práticas espaciais e gestão do território. *Revista Brasileira de Geografia*, 54, p. 115-121.
- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – FIDH/JUSTIÇA NOS TRILHOS. (2022) *Heavy metal*. Das desumanas minas aos bens de consumo globais, a jornada do ferro brasileiro. N° 788.
- FÓRUM DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL – FMCJS. (2022) *O Desastre de Petrópolis não foi natural, nem um acidente inesperado*. Nota do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental. 01 de março de 2022. Disponível em: <<https://fmclimaticas.org.br/6813-2/>>. Acesso em: 02 de março de 2022.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. (2011). *Avaliação dos impactos socioambientais e de saúde em Santa Cruz decorrentes da instalação e operação da empresa TKCSA*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Relatorio_TKCSA.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2017.
- _____. (2014). *Avaliação dos impactos socioambientais e de saúde em Santa Cruz decorrentes da instalação e operação da empresa TKCSA*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/relat%C3%B3rio-reafirma-correla%C3%A7%C3%A3o-entre-material-expelido-pela-tkcsa-e-impactos-na-sa%C3%BAde>>. Acesso em: 10 de julho de 2017.
- INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL – PACS. (2012) *Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA: Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro*. 3^a ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro.
- JUSTIÇA GLOBAL; INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL – PACS. (2017) *Relatório de violações de direitos humanos na siderurgia nacional: caso TKCSA*. Rio de Janeiro.
- KIDDER, Louise et al. (1987) *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo, EPU.
- LAURENCE, Felipe. (2021) Vale assina acordo com Ternium para reduzir emissões na siderurgia.
- VALOR ECONÔMICO, São Paulo, 19 set. 2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/08/19/vale-assina-acordo-com-ternium-para-reduzir-emisses-na-siderurgia.ghtml>>. Acessado em 20 de setembro de 2021.
- LEFF, Enrique. (2003) La ecología política em América Latina: un campo em construcción. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 18, n. 1/2, jan./dez. 2003, p. 17-40.
- MATHIS, A. de A.; MATHIS, A. (2012) Responsabilidade Social Corporativa e Direitos Humanos: discursos e realidades. In. *REVISTA KATALYSIS*. Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 131-140, jan./jun.
- O DIA. (2019) 500 voluntários se reúnem para reformar escola pública em Santa Cruz. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<http://noticias.prefeitura.rio/educacao/voluntarios-se-reunem-para-reformar-escola-em-santa-cruz-pelo-programa-apoie-uma-escola-ou-creche/>>. Acessado em 10 de julho de 2019.

- O GLOBO. (2011) Meio Ambiente. '*Chuva de prata*' custa multa de R\$ 10 milhões a CSA. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/chuva-de-prata-custa-multa-de-10-milhoes-csa-473079.html>. Acesso em: 13 Jul. 2018.
- PINTO, R. G. (2019) *Conflitos ambientais, corporações e as políticas do risco*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; LEFF, Enrique. (2015) Political Ecology in LatinAmerica: the Social Re-Appropriation of Nature the Reinvention of Territories and the Construction of an Environmental Rationality. *Desenvol. Meio Ambiente*, v. 35, dez. 2015. p. 65-88. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/download/43543/27087>>. Acesso em: 10 Jan. 2020.
- REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL et al. (2021) *A evolução do ESG no Brasil*. Stilingue.
- SILVA, Flávio da Rocha Pires da. (2021) *Faces de um conflito ambiental: Uma etnografia das performances e simbolismos na crítica aos megaempreendimentos* Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. (2013) *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (2018) Quando o trunfo se revela um fardo: reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade. *Geousp - Espaço e Tempo* (Online), v. 22, n. 2, p. 274-308, mês. 2018. ISSN 2179-0892.
- _____. (2019a) *Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (2019b) O que é a Geografia Ambiental? *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*. Volume 1, Número 1, 2019, pp.14-37. ISSN: 2674-6816. 2019b.
- TAVARES, Thiago Roniere Rebouças. (2020) Examinando a injustiça ambiental a partir da contaminação do ar e de inundações nos arredores da Companhia Siderúrgica do Atlântico/Ternium, às margens da Baía de Sepetiba (Rio de Janeiro). *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 1, nº 2, pp. 211-251, 2019. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/23780>>. Acesso em: 10 Jan. 2020.
- _____. (2021) Da responsabilidade social corporativa ao ESG: a prática espacial da siderúrgica Ternium para ocultação do sofrimento ambiental em Santa Cruz-RJ. In: *A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraliberlal*. XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, 2021, Edição online. Anais eletrônicos: Revista ENANPEGE. ISSN: 2175-8875 Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-do-xiv-enanpege>>. Acesso em: 31 Jan 2022.
- TEIXEIRA, PEDRO. (2021) ESG como fator de competitividade e gestão de risco na indústria. In: AQUÁRIO CASA FIRJAN, 2021. Youtube, 27 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P2fAtOwzrpc>>. Acessado em 28 de maio de 2021.
- TERNIUM BRASIL. (2021) *Uma visão global com a visão local*. Quem somos? Disponível em: <<https://br.ternium.com/pt/nossa-empresa>>. Acesso em: 06 de maio de 2021.
- _____. (2019) *Comunidades*. Disponível em: <<https://br.ternium.com/pt/>>. Acessado em 05 de junho de 2019.
- _____. (2021) *Ternium anuncia plano de investimento ambiental de US\$ 500 milhões*. Rio de Janeiro, 04 de março de 2021. Disponível em: <https://br.ternium.com/pt/novidades/noticias/ternium-anuncia-plano-de-investimento-ambiental-de--01942950721>. Acessado em 16 de maio de 2021.
- _____. (2018) Voluntariado empresarial. *Cartilha Voluntários em ação, Ternium*. Disponível em: <<https://voluntariadoempresarial.org.br/wp-content/uploads/2019/04/voluntariado-ternium-final2.pdf>>. Acessado em 05 de junho de 2019.
- VIÉGAS, R. N.; PINTO, R. G.; GARZON, L. F. N.. (2017) *Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e o licenciamento ambiental: um estudo de caso do processo de licenciamento da siderúrgica ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), no município do Rio de Janeiro, Brasil*. In. 41º Encontro Anual da ANPOCS-MG.
- VIÉGAS, R. N.; MENDES, L. dos S. (2017) O jornalismo feito para a comunidade e inserido no “novo espírito do capitalismo”: um estudo de caso do jornal Alô Comunidade. In: *Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.* São Paulo, v.40, n.2, p.111-128, maio/ago. 2017. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/interc/a/w5ZVr6S6R4LwJMCDvWfrZjv/?lang=pt>>. Acesso em 16 de maio de 2019.